



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 20 de junho de 2022

Alguns investimentos no desenvolvimento rural não têm benefícios a longo prazo

Apesar dos mais de 25 mil milhões de euros gastos com os fundos de desenvolvimento rural, desde 2007, para tornar a economia das zonas rurais da União Europeia (UE) menos dependente da agricultura e melhorar-lhes as infraestruturas, a Comissão Europeia obteve resultados muito diferentes consoante o Estado-Membro e o setor. Esta é a principal conclusão do relatório especial que o Tribunal de Contas Europeu (TCE) publica hoje. Por exemplo, o mau desempenho económico e o desvio para uso pessoal (não permitido) reduzem a duração e a capacidade de sobreviver dos projetos de turismo rural financiados pela UE. O TCE recomenda que a Comissão Europeia deve partilhar informações sobre as melhores maneiras de: conseguir que mais dinheiro seja dado a projetos viáveis; reduzir os riscos de conversão dos projetos para uso pessoal; aproveitar o potencial das grandes bases de dados.

"A UE investiu muito em medidas para tornar a economia das zonas rurais menos dependente da agricultura e das florestas, manter e criar postos de trabalho e melhorar as infraestruturas destas zonas", afirma Viorel Ștefan, Membro do TCE responsável pela auditoria. "Mas os projetos que a UE financiou devem manter-se no tempo. Pensamos que a União deve esforçar-se mais para promover os projetos que alcançam benefícios a longo prazo e aproveitam bem o seu apoio", acrescenta.

O TCE analisou vários projetos apoiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e confirmou que muitos deles ainda funcionavam após cinco anos, o período legalmente exigido. Esta situação verificava-se mais nos projetos de infraestruturas (por exemplo, para apoiar a renovação de aldeias ou a construção ou melhoria de estradas e redes de água e saneamento), pois estas são normalmente pensadas para durar muito tempo. Porém, quando a auditoria foi realizada, um terço dos projetos de diversificação (isto é, que promovem atividades não agrícolas ou apoiam novas oportunidades de negócio) já tinha deixado de funcionar, incluindo mesmo casos que beneficiaram de um nível de investimento muito elevado. Os alojamentos turísticos foram um dos tipos de projetos de diversificação apoiados mais vezes.

O TCE assinala variações significativas entre setores e Estados-Membros. Por exemplo, na Polónia, entre 2007 e 2013, os projetos de serviços prestados à agricultura ou às florestas duraram menos tempo do que noutros setores. Durante este período, em vários Estados-Membros, foram apoiados alojamentos turísticos sem viabilidade económica. Em alguns casos, iniciaram-se investigações sobre o desvio para uso pessoal de edifícios financiados como alojamento turístico.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do documento encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

O TCE revela outras situações em que projetos de alojamento turístico que implicaram grandes investimentos fecharam depois de alguns anos. Alguns deles custaram até 9 000 euros em subsídios da UE por cada mês de funcionamento.

O TCE faz várias recomendações à Comissão Europeia tendo em vista o período de 2023-2027 da Política Agrícola Comum (PAC). Em especial, recomenda que a Comissão deve ajudar a partilhar informações sobre as melhores formas de:

- garantir uma vida longa para os projetos, tendo em conta os vários tipos de investimentos que apoia;
- obter provas de que as atividades financiadas ainda estão em funcionamento;
- nos acordos de financiamento, impor condições para que os projetos apoiados sirvam os fins previstos.

Informações de contexto

No [Relatório Especial 25/2015](#), o TCE já tinha analisado o apoio da UE às infraestruturas em zonas rurais. Nos Relatórios Especiais [08/2018](#) e [06/2011](#), apontou também problemas com a durabilidade dos investimentos na coesão financiados pela UE.

O Relatório Especial 12/2022, *Durabilidade no desenvolvimento rural – A maioria dos projetos mantém-se operacional durante o período necessário, mas há margem para alcançar resultados duradouros a mais longo prazo*, está disponível no [sítio Web do TCE](#).

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502
- Damijan Fišer damijan.fiser@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 621 552 224